

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UMA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS ADOTADAS NO SUBMÉDIO DO VALE DO SÃO FRANCISCO.

Tiago Farias Sobel (UFPE), tiagosobel@yahoo.com.br
Antonio César Ortega (UFU), acortega@ufu.br

RESUMO:

O Submédio do Vale do São Francisco, durante as últimas quatro décadas, vem sendo alvo de fortes investimentos públicos voltados à agricultura irrigada, gerando intensos impactos sociais e econômicos, tanto na área agrícola, quanto no meio urbano. Neste contexto, o presente trabalho visa qualificar e questionar em que sentido pode-se considerar que houve sucesso na forma de atuação governamental adotada nesta microrregião, apontando as razões para a obtenção dos resultados observados. De uma forma geral, com base nos resultados obtidos, pode-se concluir que a intervenção ocorrida na microrregião de estudo alavancou de forma contundente sua economia. No entanto, isto não significa necessariamente melhoria na qualidade de vida da população. Mas a recente constituição de um capital social inserido à nova realidade produtiva da região vem contribuindo para que este crescimento econômico se potencialize e se transforme, também, em desenvolvimento social.

ABSTRACT:

The Submedio of the San Francisco Valley, along the last four decades, is being object of great public investments directed to irrigated agriculture, causing intense social and economics impacts in the agricultural area and also in the urban way. In this context, this paper aims at to qualify and to question in which sense can be considered that the governmental performance was well succeeded in this microrregion, pointing the reasons with respect to the attainment of the observed results. In general, based on the gotten results, can be concluded that the intervention occurred in the studied microrregion caused significant effects in its economic development. However, this fact doesn't necessarily means a population life qualify improvement. But the recent constitution of an social capital inserted in favor of the new regional productive reality is contributing for its economic development potencialization and its transformation in social development too.

SUB-ÁREA: Economia Agrária, Espaço e Meio-Ambiente (Área 6)

***SUBMETIDO PARA SESSÃO ORDINÁRIA.**

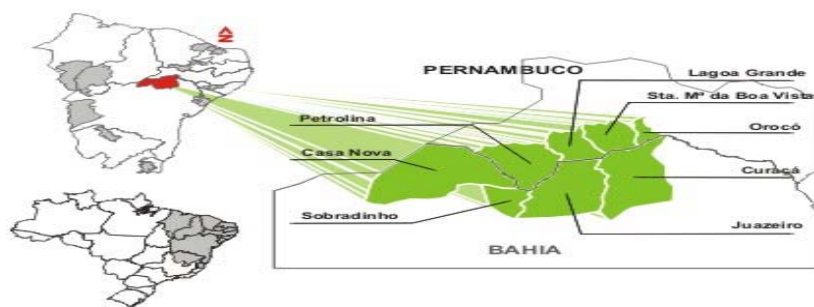
INTRODUÇÃO

Reconhecendo a complexidade do problema da seca no semi-árido, vários cientistas, técnicos e estudiosos procuram, há muito tempo, estudar alguma forma de desenvolver esta sub-região, visando melhorar as condições de vida de sua população. No entanto, até a década de 1950, os esforços para combater este mal se restringiam às medidas de caráter assistencial e à construção de uma rede de açudes; até que, em 1957 foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a chancela de Celso Furtado, visando solucionar, dentre outros problemas do Nordeste, os causados pela seca no semi-árido. Este grupo de trabalho elaborou um documento que assegurava que o principal obstáculo ao desenvolvimento do semi-árido era bem mais de caráter social do que natural, ou seja, que a raiz da solução dos problemas do semi-árido não estava na simples elevação da oferta de alimento (como acreditavam muitos na época), mas em dar uma maior

estabilidade à renda real do trabalhador, reduzindo, ao máximo, a agricultura de subsistência. Mas como conseguir isso?

Uma das alternativas sugeridas pelo documento seria a implantação da irrigação nas zonas em que esta atividade fosse possível¹. Neste contexto, a partir da década de 1960, o governo federal passou a investir em Perímetros de Irrigação no Nordeste, dentre os quais, foi criado o Pólo Petrolina-Juazeiro (ver Figura 1), no Submédio do Vale do São Francisco, considerado, por vários autores, como o pólo de irrigação de maior sucesso da região Nordeste. Os investimentos neste Pólo ocorreram de forma extremamente centralizada, ou seja, baseados na atuação direta da instância federal, sem que a sociedade local participasse da elaboração, do planejamento e da implementação das políticas. Tal estratégia de desenvolvimento territorial² –de “cima para baixo” – foi bastante utilizada durante o regime militar, principalmente nas décadas 1960/1970.

Figura 1. Localização do Pólo Petrolina-Juazeiro.



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil - BNB (2005).

Neste sentido, esse trabalho tem como objetivo geral, fazendo uso da territorialização³, avaliar as políticas públicas centralizadas, por meio do estudo dos investimentos em irrigação no Submédio, e suas perspectivas como forma de solucionar o problema da pobreza no semi-árido. Desta forma, procura-se qualificar e questionar em que sentido se pode considerar que houve sucesso na forma de atuação governamental observada nesta microrregião, ou seja, se houve de fato melhoria na qualidade de vida da população ou se houve apenas melhoria nas variáveis econômicas.

¹ Poucas localidades do semi-árido tiveram e teriam condições de implantar esta atividade, dentre elas o Vale do São Francisco. Segundo NOBLAT (1977), em 1977 apenas 2% da área do Nordeste era considerada irrigável. Desta forma, o DOCUMENTO DO GTDN (1997) frisou o caráter limitado desta atuação para o desenvolvimento do semi-árido. Mesmo assim, o documento recomendou um estudo dos seus possíveis impactos para a sub-região, destacando o fato de que a irrigação não seria vista como a solução para a seca, mas como uma das maneiras de se combater e minimizar os efeitos negativos da seca, fortalecendo a frágil economia da zona semi-árida.

² Definimos desenvolvimento territorial como um processo de transformação produtiva e institucional em um espaço determinado, cujo fim é reduzir sua pobreza.

³ Neste trabalho consideraremos que localidade e território são sinônimos. No entanto, é importante frisar que, segundo GRAZIANO DA SILVA & TAKAGI (2004), uma determinada localidade só pode ser considerada como um território se esta possuir três atributos básicos: i) ser geograficamente definida; ii) ter uma identidade singular, ou seja, ser conhecida por algum atributo especial, tal como pela produção do vinho ou pela beleza natural; e iii) apresentar uma identidade entre seus principais atores sociais ou de seu povo. Portanto, no caso do Pólo Petrolina-Juazeiro, a localidade pode ser considerada como um território.

Para se atingir os objetivos propostos, inicialmente apresentamos uma revisão bibliográfica sobre as diferentes formas de atuação governamental relacionada ao desenvolvimento local. A partir daí, procuramos mostrar em que contexto e como foram introduzidas as políticas observadas no Submédio do Vale do São Francisco. Em seguida, analisamos se, de fato, pode se considerar o caso do Submédio São Francisco como de sucesso no planejamento público, viabilizando o desenvolvimento territorial. Para tal, serão utilizados dados econômicos e sociais da microrregião em estudo, comparando a evolução dos indicadores dos municípios que fazem parte do Submédio frente à de outras localidades. Por último, são feitas algumas considerações finais.

1. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO PÓLO PETROLINA-JUAZEIRO

1.1. Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil

O debate em torno do desenvolvimento, apesar de antigo, foi intensificado durante a década de 1950, com a devastação da Europa (pós Segunda Guerra) e o início da Guerra Fria⁴. Nesse processo, tendo como referência os postulados teóricos keynesianos, a participação do Estado no desenvolvimento das nações capitalistas assumiu um protagonismo nunca antes visto, emergindo uma série de discussões em torno do desenvolvimento regional, visando propor políticas de superação das desigualdades regionais das nações⁵ (ORTEGA, 2005). No entanto, todas as teorias derivadas destes debates apresentavam uma linha de pensamento relativamente homogênea, ou seja, todas defendiam que a atuação estatal deveria ser focada basicamente no incentivo à produção agregada. Neste sentido, a formulação e implantação dos projetos estavam desvinculadas das diversidades econômica, social e política de cada território.

Estas teorias também influenciaram fortemente o Estado brasileiro na formulação de políticas públicas. Deste modo, o Brasil dos anos 1960/70 acabou empregando rotineiramente políticas cujo planejamento era definido de maneira centralizada e, mesmo quando eram dirigidos a regiões deprimidas, nem sempre alcançava os segmentos sociais mais pobres.

Entretanto, como nos chamam a atenção SCHEJTMAN Y BERDEGUÉ (2003), nem só de capital, se faz um processo de desenvolvimento inclusivo. Assim, outros entraves contribuem para o baixo desenvolvimento dessas regiões, como é o caso da falta de articulação dos agentes, falta de cooperação, etc. Numa palavra, dificuldade de construção de um pacto territorial inclusivo. Portanto, nem sempre as políticas executadas pelo Estado, particularmente durante o regime militar, geravam melhorias nas condições de vida da mesma comunidade (TONETO JR, 2004).

⁴ Segundo MENDONÇA & ORTEGA (2005), a Guerra Fria justifica a intensificação do debate, pois, com ela, capitalistas e comunistas passaram a priorizar a busca pelo desenvolvimento de regiões subdesenvolvidas, visando impedir o avanço de um sistema sobre o outro em regiões pobres.

⁵ Como destacaram MENDONÇA & ORTEGA (2005), nesta época surgem diversos estudos sobre o tema – GUNNAR MYRDAL (1957), ALBERT HIRSHMANN (1958), entre outros.

Contudo, em meados da década de 1980, as estratégias de desenvolvimento territorial começaram a tomar um novo rumo, devido a cinco razões básicas:

1- A **reformulação do papel do Estado** a partir de meados dos anos 1980, fruto de uma nova realidade histórica de falência do sistema centralizado estatista;

2- A **demanda vinda das comunidades locais**, querendo participar da formulação e implantação dos programas;

3- A **promulgação da Constituição de 1988**, iniciando um processo de descentralização político administrativa com distribuição de responsabilidades e poder decisório para os Estados e municípios, reduzindo, assim, o peso da União;

4- As **recomendações de instituições internacionais**, como Banco Mundial, que passou a recomendar o desenvolvimento local como política de redução das obrigações dos Estados e tentativa de equilibrar as contas públicas;

5- A **influência das experiência da Terceira Itália e do programa LEADER**⁶ – política de desenvolvimento rural europeu – no Brasil.

Desta forma, nos anos 1990 tem início um novo ciclo do modelo de desenvolvimento onde, segundo ACSELRAD (2002:34), “*substitui-se a política operada em escalas abrangentes pelos procedimentos técnicos acionados em escalas locais e fragmentárias*”. Já FISHER (2002:27) conclui haver uma passagem de uma configuração política “*baseada na predominância da ação governamental sobre o local para um policentrismo do poder*”. Enfim, as políticas de desenvolvimento deixam de se basear apenas na dotação de capital físico exógenos ao local; e passam a ser guiadas por atores locais, acarretando, deste modo, em maior respeito às vocações e tradições existentes na região.

Portanto, de forma abrangente, podemos resumir em duas as formas de atuação estatal com vistas ao desenvolvimento territorial: i) *o de cima para baixo*, onde a estratégia de desenvolvimento local é planejada de forma centralizada pela esfera federal; e ii) *o de baixo para cima*, onde os planos de desenvolvimento local são feitos de forma descentralizada, através da participação das esferas públicas e privadas. O primeiro tipo de estratégia tende a apresentar um maior apelo econômico, em detrimento do social; já que neste os incentivos são centrados principalmente no provimento de infra-estrutura, gerando fortes impactos na quantidade de emprego e renda agregados. Sendo assim, sua principal preocupação não é com a inclusão das classes mais pauperizadas, mas sim com a expansão das variáveis econômicas agregadas. No entanto, vale salientar que, de acordo com os formuladores de tais políticas, a elevação do nível de emprego e

⁶ Este programa, criado em 1991, buscava desenvolver as zonas desfavorecidas de alguns países europeus, promovendo a participação da população e dos agentes econômicos locais na elaboração e gestão dos projetos, de modo que estes auxiliassem na proposição de saídas criativas para a geração de atividades que elevassem a renda e gerassem emprego nos territórios específicos (ORTEGA & CARDOSO, 2002).

renda significaria, ao mesmo tempo, alcançar os objetivos de inclusão, o que nem sempre é verdade⁷.

Já a segunda estratégia, por se caracterizar pelas parcerias governo-sociedade local, pode apresentar um maior potencial para o desenvolvimento social, desde que haja uma maior inclusão social, econômica e política de todos os segmentos sociais. Isto porque a descentralização do planejamento resulta em uma maior organização da comunidade, aumentando a sua participação nas diretrizes que o município deve seguir. Desta forma, neste segundo tipo de investimento: i) há uma maior preocupação com aspectos sociais da localidade; ii) há um maior conhecimento das necessidades das famílias e das características locais, podendo-se aumentar a eficiência na exploração de suas potencialidades com as políticas implementadas; iii) há um maior comprometimento da comunidade com o êxito dos programas implementados.

Como afirmam GRAZIANO DA SILVA & TAKAGI (2004), de uma forma geral, o principal contraponto destas duas políticas está nos seus objetivos: no “de cima para baixo”, os objetivos estão centrados no provimento de infra-estrutura; enquanto no “de baixo para cima” o objetivo se concentra no fortalecimento da organização social. Este *trade-off* entre as duas formas de atuação se apresenta como um problema no momento em que os formuladores de políticas públicas procuram estabelecer suas estratégias de desenvolvimento local. E dada à “escassez” de recursos públicos no país⁸, enfatiza-se a necessidade de obtenção de máxima eficiência no emprego do orçamento. Neste sentido, apesar de ser um desafio bastante complexo, é fundamental se chegar à fórmula em que os melhores resultados possam ser alcançados nas duas instâncias – social e econômica. Deste modo, defendemos a hipótese de que, para se potencializar os benefícios derivados das políticas de desenvolvimento local, é necessário que haja uma combinação das estratégias “de baixo para cima” e “de cima para baixo”, ou seja, é necessário que haja uma forte atuação conjunta nas duas instâncias (local e central).

No entanto, para que a atuação pública consiga melhoria social de forma sustentável numa determinada região, é necessário não só que o Estado combine as estratégias de desenvolvimento, mas também que haja na localidade beneficiada uma forte participação da sociedade civil em torno da política adotada, ou seja, que a comunidade apresente o que conhecemos como capital social⁹.

⁷ Como afirma PAULILLO (2000), investimentos que visem apenas o crescimento agregado, sem a preocupação com a inclusão social, podem acabar piorando estes índices, mesmo que os retornos econômicos sejam observados. Como exemplo, GRAZIANO DA SILVA (1996) menciona o Brasil dos anos 1970, onde a maior parte dos benefícios gerados pelos investimentos de grande porte foi apoderada por poucos, enquanto que os benefícios sociais foram bastante limitados.

⁸ Durante os anos 2000, esta “escassez” de recursos públicos voltados à política de desenvolvimento regional se confunde, em grande medida, com a priorização que vem sendo dada pelo governo federal à geração de superávits primários (para se aprofundar nesta discussão ler BRESSER-PEREIRA, 2003).

⁹ De maneira bastante ampla, podemos conceituar o capital social como sendo as características da organização social (como, por exemplo, confiança, normas e sistemas) em torno de uma atividade produtiva local ou de algum objetivo

Isto porque, quanto mais engajada está a sociedade em torno destes objetivos específicos, mais eficaz tende a ser a atuação pública em determinada localidade. Deste modo, o capital social pode explicar por que as mesmas políticas públicas dirigidas a comunidades aparentemente semelhantes apresentam resultados distintos¹⁰.

Portanto, de um modo geral, podemos afirmar que as contemporâneas teorias do desenvolvimento territorial (com enfoque localista) apontam para a necessidade do estímulo ao capital social das diversas comunidades, visando, assim, potencializar os benefícios das políticas públicas que tenham como objetivo o desenvolvimento local.

1.2. Políticas de desenvolvimento territorial no Pólo Petrolina-Juazeiro

Após detalhado o contexto no qual se insere as políticas de desenvolvimento local/territorial no país, neste item se pretende identificar como se deu a atuação pública no pólo Petrolina-Juazeiro, descrevendo: i) as políticas lá implementadas; e ii) a estruturação social da microrregião. No entanto, inicialmente será contextualizada a região nos seus aspectos geográficos e históricos, visando situar melhor o leitor com relação à microrregião em estudo.

Situado na zona mais árida do Nordeste brasileiro, às margens do Rio São Francisco, no extremo Oeste de Pernambuco e Norte da Bahia, o Pólo Petrolina/Juazeiro é formado por oito municípios – Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó, em Pernambuco; Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova e Curaçá, na Bahia (ver Figura 1) – onde se distribuía, em 2000, uma população de 565.877 habitantes. Suas condições naturais (solo, clima, etc.) são excepcionais para o desenvolvimento da fruticultura, havendo apenas um fator limitante para o desenvolvimento das atividades agrícolas na região: o baixo nível de precipitações pluviométricas com um período de estiagem anual de 8 meses, de abril a novembro. No entanto, este fator limitante é sanado pela disponibilidade de água em grande quantidade e de ótima qualidade do Rio São Francisco para a irrigação.

Alvo de políticas públicas de grande porte, há alguns anos o Pólo vem apresentando uma forte transformação em sua estrutura produtiva e social. No entanto, há pouco mais de três décadas, este território se apresentava como mais um dentre as diversas zonas de miséria situadas no sertão nordestino. Como afirma COELHO & MELLET (1995), até meados do século passado, soava

específico (por exemplo, visando a melhoria na educação, saúde, etc.) que facilitam as ações coordenadas e, assim, contribuem para aumentar a eficiência da sociedade.

¹⁰ Trabalhos como os de MOYANO (1999), ORTEGA & SÓ (2005) e DE JANVRY & SAUDOLET (2004 e 2002) apresentam uma série de exemplos de localidades que, mesmo pertencendo a um mesmo ambiente geográfico e dotado de recursos econômicos similares, aproveitam os recursos disponíveis e/ou as políticas adotadas de modos distintos. Para todos estes autores, aquelas sociedades que se apresentavam melhores articuladas em torno dos projetos coletivos, ou seja, aquelas que possuíam um melhor capital social, acabavam não só utilizando de forma mais adequada seus recursos disponíveis, como também acabavam obtendo melhores resultados diante das políticas públicas implementadas em sua comunidade.

impossível antever o futuro da região como um grande pólo de produção de frutas do País. O quadro era tão desolador que levou OLIVEIRA *at alli* (1991:20) a afirmar que “(...) *nada poderia acontecer naquela região do São Francisco que provocasse uma transformação do aparelho produtivo local*”. Deste modo, segundo o autor, “(...) *as forças de propulsão da economia local teriam que vir, necessariamente, de fora da região*” (pp:20).

Tais forças chegaram, no decorrer da década de 1950, quando as autoridades públicas federais voltaram a atenção para as potencialidades agrícolas da microrregião, e intensificaram-se a partir de 1959 com a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Daí para frente, o Estado manteve uma forte atuação no Pólo, fazendo com que este gradualmente passasse a ver a agricultura irrigada como a sua principal atividade fomentadora do desenvolvimento. De um modo geral, as três principais formas de atuação que nortearam os investimentos públicos no pólo, foram:

1- Investimentos em infra-estrutura: já que, apesar de apontado por vários cientistas como área de alto potencial para a produção da agricultura irrigada, a infra-estrutura de transporte, energia, comunicação, etc., da microrregião era considerada insuficiente para a ampliação do excedente local. Logo, desde 1900, e intensificando-se a partir de 1950, o Estado procurou atuar sobre esta variável construindo, por exemplo, a ponte que une as cidades de Petrolina e Juazeiro, o aeroporto de Petrolina, a barragem de Sobradinho, rodovias federais ligando o Pólo a todos os centros urbanos do país, etc. Portanto, todos estes gastos incentivaram as primeiras mudanças significativas na economia da microrregião, viabilizando a implantação dos perímetros públicos no Pólo.

2- Investimentos em Irrigação: através da implantação de perímetros de irrigação. Este investimento se deu no pólo pois, apesar de vários estudos já terem comprovado a viabilidade da agricultura irrigada¹¹, até meados de 1960 a microrregião apresentava uma agricultura extremamente tradicional e uma retrógrada estrutura fundiária. Neste sentido, a construção dos perímetros de irrigação representou o maior exemplo do esforço feito visando solucionar tais problemas. Como consequência, o Estado não só viabilizou o desenvolvimento da agricultura irrigada na microrregião, como também tornou o Pólo um dos principais centros produtores de frutas do país.

3- Políticas de incentivos ao setor privado: visando a atração deste setor ao Pólo. Destacam-se, nesta instância, os incentivos financeiros e fiscais dados, ainda no início dos anos 1970, e intensificando-se durante a década de 1980. Neste contexto, dentre os vários programas

¹¹ Os investimentos em irrigação no Submédio foram feitos apenas após realizados minuciosos estudos de viabilidade técnica sobre as condições dos solos e da água da região e comprovados a viabilidade da utilização destes recursos para fins de irrigação (MALAVASI & QUEIROZ, 2003). Além da SUDENE/FAO, vários outros órgãos federais e governos estaduais e municipais emprestaram também sua colaboração nestes estudos, destacando-se, dentre estes, o DNOCS, CODEVASF e EMBRAPA/CPATSA.

implantados¹², dois tiveram destaque: i) o FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste) e ii) o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) (SUDENE, 1995).

Examinando mais detalhadamente estes três itens, observamos que, baseado no potencial da região, os investimentos ocorridos no Pólo seguiram uma lógica bastante coerente com os objetivos traçados. Primeiramente, investiu-se em estradas pavimentadas, conectando a região aos principais mercados do país. Depois em energia elétrica, com a construção de Sobradinho, disponibilizando energia e regularizando a oferta de água para fins de irrigação na região. Somente após estabelecida esta infra-estrutura, e após vários estudos de viabilidade técnico-econômica, é que foram constituídos os perímetros de irrigação na região. Por fim, as políticas de incentivos à atração do capital privado tiveram caráter complementar aos investimentos públicos, fazendo com que esta região ampliasse sua capacidade autônoma de desenvolvimento.

Portanto, analisando toda esta dinâmica, fica nítido que o atual dinamismo econômico do Pólo se deve, essencialmente, a fatores exógenos à região, fruto de uma estratégia “de cima para baixo”. Deste modo, assim como as demais políticas centralizadas do regime militar, em sua atuação no pólo o poder público acabou focando excessivamente, durante vários anos, apenas na geração de condições físicas locais favoráveis à produção em grande escala da agricultura irrigada, esquecendo-se, em consequência, de proporcionar o mesmo cuidado a outros fatores como, por exemplo, os relacionados à articulação e participação das comunidades locais em torno das políticas adotadas. Por conseguinte, a região apresentou, durante muito tempo, uma forte resistência a práticas organizacionais do tipo cooperativo. Contudo, em anos mais recentes este panorama vem se modificando.

O passo inicial para esta mudança se deu em fins da década de 1980, quando o governo procurou emancipar os perímetros públicos, transformando-os em privados, por duas razões básicas: i) como forma de compatibilizar a administração dos perímetros às restrições financeiras que marcaram o governo federal durante a década de 1980; e ii) por acreditar que isto aumentaria a eficiência dos perímetros. Neste contexto, foi implementado nos perímetros um modelo de gestão denominado de “Distrito de Irrigação”, onde os próprios produtores seriam os responsáveis pela administração, operação e manutenção de suas áreas comuns¹³. Com a emancipação foi criada, portanto, uma nova realidade institucional que induziu a sociedade local a ter uma maior ação

¹² Alguns exemplos de programas de atração do setor privado ao pólo foram: i) o Programa de Assistência Financeira à Agroindústria e à Indústria de Insumos, Máquinas, Tratores e Implementos Agrícolas (PROTERRA/PAFAI); ii) o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN), criada pelo Banco do Nordeste e pela Sudene; iii) o Programa de Desenvolvimento Agroindustrial (PRODAGRI); e iv) o Programa Nacional de Assistência à Agroindústria (PRONAGRI).

¹³ Este modelo foi implementado após técnicos da CODEVASF conhecerem as experiências na gestão dos perímetros irrigados no México, nos Estados Unidos, Espanha, Israel, etc. Atualmente os Distritos possuem uma estrutura organizacional composta de Assembléia Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Gerência Executiva, Gerência Administrativa e Financeira e Gerência de Operação e Manutenção.

participativa diante das políticas implementadas, já que, a partir deste marco, os produtores foram praticamente obrigados a se articular em torno de um objetivo comum: a administração dos perímetros.

Esta mudança institucional induziu à criação das primeiras associações de produtores nos perímetros, embora sem êxito, no início. Isto porque, até então, o paternalismo caracterizou a atuação estatal, dando origem a um forte vínculo de dependência dos colonos face ao poder público, inibindo, portanto, durante muitos anos a formação de entidades fortes e representativas. Ou seja, as primeiras associações surgiram não por iniciativa dos produtores locais, mas por imposição do governo. Deste modo, a participação social não apresentava condições de potencializar as políticas públicas implementadas na região¹⁴.

Só a partir de meados da década de 1990 é que os produtores começam, de fato, a perceber a importância da ação cooperativa. Essa nova postura se deve: i) ao intenso processo de abertura comercial que deixou o produtor bastante vulnerável à concorrência externa; e ii) ao enorme esforço instituído pelo Sebrae, BNB, Distritos de Irrigação, Codevasf, Embrapa, ONGs, etc., visando conscientizar os produtores do Pólo dos benefícios proporcionados pelas associações, organizações, cooperativas no processo de competição. Neste contexto, passam a surgir no pólo uma série de cooperativas, associações, organizações, etc¹⁵. Atualmente, comparando os dois principais municípios do Pólo, podemos afirmar, baseado em alguns dados da VALEXPORT (2006) e da BRAZILIAN FRUIT (2006)¹⁶, que Petrolina possui produtores mais organizados e engajados no processo associativo, em comparação a Juazeiro. No entanto, a despeito de toda esta mudança de atitude, é nítido que a maioria dos produtores, particularmente os pequenos, ainda vê com certa desconfiança as iniciativas de cunho cooperativo¹⁷.

¹⁴ Como afirmam GRAZIANO DA SILVA & TAKAGI (2004), organizações sociais que se encontram numa posição de dependência em relação a atores governamentais, sendo criadas por intervenção direta destes atores, acabam se tornando obstáculos para que a participação social assuma uma dimensão mais autônoma. E esta posição de dependência ocorreu por parte dos produtores no pólo em fins da década de 1980.

¹⁵ Dentre as principais organizações existentes, podemos citar: i) Cooperativas tais como: a CAJ-BA (Cooperativa Agrícola Juazeiro da Bahia Resp. Ltda) que congrega 80 produtores; a Unipex do Vale Import. E Export. Ltda, que congrega 10 Produtores; a Néctar Agrícola Import. E Export. Ltda que congregando 8 produtores; dentre outras; ii) Associações tais como: a Valexport, a Cooperyama (Coopercotia Yamanashi Desenv. Agrícola Ltda), que congrega 2 produtores, a CYG Agrícola Imp. E Exp. Ltda, que congrega 4 produtores; a Agroaliança que congrega 4 produtores, entre outras; iii) Câmara da Uva, para o controle da qualidade de produção e do preço da mercadoria no exterior e é vinculada à Valexport; iv) BGMB (Brazilian Grapes Marketing Board), também vinculada à Valexport.

¹⁶ De acordo com a VALEXPORT, entre as 42 empresas/cooperativas a ela associadas, 24 estão sediadas em Pernambuco, das quais 17 localizam-se em Petrolina; enquanto 17 estão na Bahia, sendo 6 delas sediadas em Juazeiro (VALEXPORT, 2006). Já, segundo BRAZILIAN FRUIT (2006), das 48 principais associações de produtores de uva do Brasil, 29 estão encontradas no pólo, das quais 17 estão sediadas em Petrolina; e 9 em Juazeiro. Já das 51 principais associações produtoras de manga do país, 22 estão localizadas no pólo, das quais 13 estão sediadas em Petrolina e 5 em Juazeiro. Portanto, estes números podem servir como uma *proxy* que indique um maior engajamento por parte dos produtores de Petrolina visando se adequar ao associativismo. No entanto, é importante salientar que algumas cooperativas, mesmo que localizadas em Petrolina, podem possuir uma série de produtores associados do município de Juazeiro, fator este que, de certo modo, acaba limitando um pouco a afirmação feita acima.

¹⁷ Este fato foi identificável na pesquisa de campo não só em conversa com técnicos e funcionários do BNB, SEBRAE, CODEVASF, Distrito de Irrigação e Consultorias, mas em conversa com os próprios pequenos produtores.

Vale ainda salientar que atualmente as ações de cunho associativo no pólo não se limitam à esfera produtiva. Além da organização social dos produtores, observa-se que a comunidade local, como um todo, vem procurando criar conselhos com o intuito de participar mais ativamente das políticas voltadas às áreas sociais. O Quadro 1 procura evidenciar este fato, detalhando a existência de Conselhos Administrativos Municipais nos municípios de Petrolina e Juazeiro.

Quadro 1. Existência de Conselhos Administrativos Municipais, 2001.

Área de atuação	Petrolina	Juazeiro
Educação	Sim	Não
Saúde	Sim	Sim
Assistência Social	Sim	Sim
Criança e adolescente	Sim	Sim
Emprego e Trabalho	Não	Não
Turismo	Sim	Não
Habitação	Sim	Não
Meio-Ambiente	Sim	Não
Transportes	Não	Não
Política Urbana	Não	Sim
Políticas Setoriais	Não	Não

Fonte: Sistema de Informações Sócio-econômicas dos Municípios Brasileiros (SIMBRASIL).

A existência de um maior número de Conselhos em Petrolina, comparando-se com Juazeiro - sete contra quatro, respectivamente -, representa um forte indício de que a sociedade civil daquele município apresenta uma maior participação direta na formulação das políticas públicas de sua cidade, possibilitando, dessa forma, atingir melhores resultados através das políticas públicas.

De um modo geral, pode-se dizer que hoje no pólo já existem várias estruturas sociais e formas de organização de produtores, representando, assim, uma mudança no comportamento da população local. No entanto, ainda se tem espaço para uma maior organização social nesse território. Com isso, as políticas implementadas apresentariam condições de gerar maiores benefícios econômicos e sociais à população local e, em consequência, à microrregião.

2. EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL NOS PRINCIPAIS INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DO PÓLO PETROLINA-JUAZEIRO

Neste item, procuramos analisar a evolução de alguns indicadores sócio-econômicos da microrregião, com o intuito de investigar se, de fato, o pólo pode ser apontado como um território onde a atuação pública gerou benefícios tanto na instância econômica, quanto na qualidade de vida da população. Para isso, utilizamos estatísticas oficiais, variando o período de análise de acordo com dados disponíveis e procurando sempre ampliá-lo para, no mínimo, a década de 1970, durante a qual tomaram impulso os investimentos federais na microrregião. Além disso, os dados foram agregados de forma a possibilitar a comparação entre os municípios que fazem parte do pólo vis-à-vis outros municípios/regiões que não fazem parte do pólo. A hipótese que embasa este

procedimento é a de que as diferenças nos dados e nas taxas de variações destes ocorre devido, fundamentalmente, aos efeitos dos investimentos na infra-estrutura social e no segmento de irrigação do pólo.

Desta forma, nas Tabelas que se seguem procurou-se isolar os diferentes conjuntos de municípios, seguindo o seguinte critério: a) inicialmente são mostrados os dados dos municípios de Petrolina e Juazeiro separadamente, visto que foram estes os principais alvos das políticas implementadas pelo governo federal; b) em seguida, são expostos os dados do que denominamos de Grupo 1 referentes à média dos dados obtidos junto aos municípios localizados próximos ao pólo, mas que não fazem parte do mesmo. São eles: i) pelo lado pernambucano: Afrânio, Cabrobó, Dormentes e Terra Nova; ii) pelo lado baiano: Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé; c) o Grupo 2 refere-se à média dos dados obtidos junto aos municípios que fazem parte do pólo, excluindo-se Petrolina e Juazeiro. São eles: Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Orocó, pelo lado pernambucano; e Casa Nova, Curaçá e Sobradinho, pelo lado baiano. Com esta distinção, pretende-se saber se a localização próxima aos municípios de Petrolina e Juazeiro influenciou o crescimento, quando comparados aos municípios do Grupo 1; d) por fim, são expostos os dados de Pernambuco, Bahia, Nordeste e Brasil, visando analisar se as localidades anteriormente mencionadas se encontram defasadas e/ou se a evolução de seus indicadores superam a média destas outras regiões.

2.1. Estrutura Agrícola

A introdução dos perímetros de irrigação no Pólo impôs ao seu meio agrário uma profunda transformação, não só por agir diretamente sobre as técnicas agrícolas que lá vigoravam, mas também por afetar diretamente a sua estrutura fundiária. Atualmente o Pólo conta com sete perímetros em funcionamento, como podemos observar na Tabela 1 abaixo¹⁸.

Nestes perímetros, houve um esforço por parte do governo visando organizar a estrutura fundiária de tal forma que os pequenos produtores pudessem se inserir no mercado, dando a estes condições favoráveis à obtenção de terras e disponibilizando em cada perímetro, além das “áreas de empresas”, “áreas de colonização” para serem exploradas por produtores familiares, chamados de “colonos”. No entanto, apesar de todo o esforço, os resultados obtidos foram opostos ao esperado, ou seja, houve um processo de concentração fundiária, como pode se observar na Tabela 2.

Nela vemos que entre os anos de 1970 e 1995/96 os municípios do Grupo 2 apresentam um tímido porém gradual viés à concentração de terras quando comparados aos municípios do Grupo 1, que praticamente se manteve estável; enquanto que em Petrolina e Juazeiro houve um forte

¹⁸ Atualmente, outros projetos estão em fase de execução, dependendo apenas de liberação de recursos e acertos nas negociações para os interessados. Os Projetos Salitre, na Bahia, e o Pontal, em Pernambuco, são dois exemplos.

crescimento da área média dos estabelecimentos. Em Juazeiro, esse crescimento foi de quase quatro vezes, fruto de uma grande quantidade de aquisições de terras feitas por grandes empresas no município, face ao avanço da irrigação¹⁹. Do mesmo modo, em Petrolina, entre 1970 e 1985, observou-se um forte crescimento do tamanho médio das propriedades, fruto de dois elementos básicos: do processo desapropriatório para construção do Perímetro Nilo Coelho, onde maior parte dos lotes atingidos era familiar e, terminado este processo em 1980, da subsequente compra de terra por grupos empresariais locais e/ou do Centro/Sul objetivando ganhos especulativos²⁰. Já entre 1985 e 1995/96, verifica-se em Petrolina um movimento inverso, ou seja, uma diminuição no tamanho médio das propriedades. Isto ocorre, basicamente, como consequência do início das operações do Perímetro Senador Nilo Coelho em 1984, que agrega a maior parte dos pequenos produtores dentre os perímetros irrigado do pólo (ver Tabela 1).

Tabela 1. Apresentação geral dos perímetros de Petrolina e Juazeiro - divisão de área entre a área de colonos e empresarial (1999).

Perímetro	Início da operação	Áreas Irrigadas	Empresas Rurais		Colonos	
		ha	Nº	Áreas (ha)	Nº	Áreas (ha)
Petrolina	-	22.990	174	9.386	2.025	13.604
Bebedouro	1968	2.418	5	924	134	1.494
Nilo Coelho	1984	15.712	131	6.412	1.446	9.300
Maria Tereza	1996	4.860	38	2.050	445	2.810
Juazeiro	-	18.853	95	14.279	601	4.324
Mandacaru	1968	436	1	66	70	370
Maniçoba	1982	4.201	54	2.393	232	1.808
Curaçá	1982	3.889	39	1.913	265	1.976
Tourão	1984	10.328	1	10.158	34	170
Total	-	41.843	269	23.915	2.626	17.928

Fonte: CODEVASF (site).

Ou seja, analisando-se o caso de Petrolina entre 1970 e 1995/96, fica nítido que o processo especulativo, que antecipa a construção dos perímetros, acaba resultando em uma maior concentração fundiária²¹. Em contrapartida, a implantação dos projetos também gera melhores condições para que os produtores familiares compitam em mercados mais exigentes, já que suas antigas terras desapropriadas – que na grande maioria eram pequenas propriedades voltadas à produção de subsistência – são trocadas por lotes equipados com “modernos” equipamentos de

¹⁹ O projeto Tourão é um exemplo da perda de espaço dos pequenos produtores em Juazeiro. Criado em 1978, o perímetro público abrangia uma área de 6 mil hectares, sendo 200 hectares para os agricultores e o restante para empresas. Hoje, o projeto conta com cerca de 10,4 mil hectares, mas apenas a área de empresas aumentou. A área dos colonos do Tourão foi praticamente toda adquirida pela Agrovale. Além das terras do Tourão, a Agrovale também agregou vários lotes do perímetro de Maniçoba, também em Juazeiro (MELO, 2000).

²⁰ No pólo, os empresários tiveram acesso privilegiado à informações sobre a construção dos Perímetros de Irrigação, mesmo antes da divulgação deste empreendimento. Logo, estas terras, que em sua grande maioria pertenciam a pequenos produtores voltados a atividade de subsistência, passaram a ser alvo de uma forte ação especulativa por parte de empresários, dada a expectativa de valorização do hectare de terra no município, fator este que gerou concentração fundiária (GRAZIANO DA SILVA, 1989).

²¹ O subsequente esforço para inserir os colonos nos perímetros, através da distribuição de lotes, serve apenas para suavizar o processo concentrador.

irrigação e serviços de assistência técnica. Desta forma, o Estado acreditava que os custos sociais causados pelo efeito concentrador seria mais do que compensado pelos benefícios gerados pelo acesso dos colonos às modernas técnicas de irrigação. Portanto, o processo de concentração fundiária, até meados da década de 1980, ocorreu com a conivência do governo federal.

Tabela 2. Área média dos estabelecimentos por estrato, em municípios selecionados (hectares em 1970, 1985 e 1995/96).

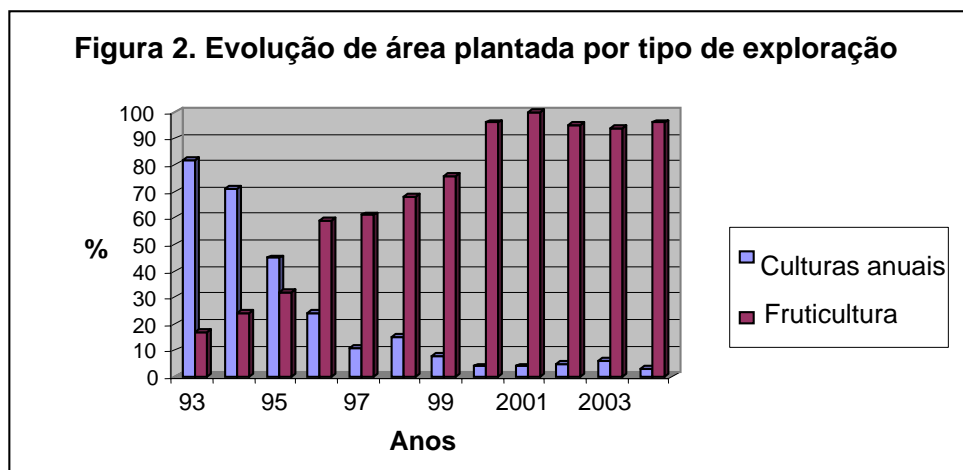
Município	1970	1985	1995/96
Petrolina	24,72	43,31	30,99
Juazeiro	12,93	42,91	44,54
Grupo 1	30,69	27,83	29,27
Grupo 2	28,38	32,73	35,81
Pernambuco	19,29	20,13	21,58
Bahia	41,10	47,13	42,69
Nordeste	33,67	36,14	33,66
Brasil	59,79	70,71	72,76

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1970, 1985 e 1995/96).

Na última década, a principal razão para a tendência concentradora na estrutura fundiária do pólo deixou de ser o processo especulativo e passou a ser o forte processo de especialização da fruticultura irrigada. Isto porque os produtores que exploravam, até meados da década de 1990, predominantemente culturas anuais de menor valor agregado relativo (tais como cebola, tomate, arroz, feijão, etc.), passaram a explorar bens de maior valor agregado²², atraindo, por esta razão, grandes empresários ao pólo (ver Figura 2). Esta atração de empresas, aliadas à emancipação dos perímetros, que deixou o pequeno produtor a mercê do livre mercado, e ao processo de abertura comercial, que intensificou a concorrência externa no mercado interno, fizeram com que os colonos não apresentassem condições de competir com os grandes empresários, se vendo obrigados a sair do mercado e, conseqüentemente, a vender seus lotes, que passaram a ser comprados pelos grandes produtores, resultando em concentração de terras e conseqüente aumento no tamanho médio das propriedades. Para sobreviver a este processo, os pequenos produtores passaram a se conscientizar da importância de trabalharem de forma cooperativa (como visto no item 1.2.) e com produtos de alto valor comercial, voltados à exportação e/ou ao processamento industrial.

Portanto, todo este acirramento do processo competitivo fez com que os produtores do pólo despendessem uma maior atenção a mercados mais exigentes. Como conseqüência, hoje não é difícil encontrar nas prateleiras dos mercados europeu e norte americano frutas com o selo “*San Francisco Valley*”. Hoje o Pólo é conhecido como o mais importante centro exportador brasileiro de frutas tropicais (VALEXPORT, 2005).

²² Frutas, em geral, mais especificamente as seguintes culturas: banana, coco, goiaba, acerola e principalmente uva e manga.



Fonte: DIPSNC (2005).

Por todas estas razões, há muito o Pólo é conhecido como área de permanente atração demográfica, atraindo muitos que acreditam que lá conseguirão melhorar suas condições de vida (SAMPAIO & SAMPAIO, 2004). No entanto, segundo BRITO (s/d), a oferta de emprego não vem acompanhando o mesmo ritmo do crescimento populacional. Desse modo, apesar da mudança no perfil econômico do Pólo, o desemprego e o subemprego se mantêm como realidades constantes na microrregião, como veremos no próximo item.

2.2. Evolução do Emprego e da Renda Agregada

Como apontado no item anterior, os projetos de irrigação apresentam um papel relevante como indutores do desenvolvimento rural. No entanto, veremos aqui que estes investimentos apresentam também um papel vital na atração da iniciativa privada à localidade, afetando, deste modo, a economia da região e, em consequência, seus níveis de emprego não só no meio rural, como também no meio urbano. De início, nos basearemos na evolução dos dados da Tabela 3 para comprovar esta afirmação. Nela se evidencia uma forte progressão no número total de empregos formais no Pólo entre os anos de 1985 e 2003, porém com uma significativa transformação no mercado de trabalho formal, representado, principalmente, por uma forte evolução da participação dos empregos formais agropecuários frente ao número total de empregos. Esta evolução foi significativa para todas as localidades analisadas, inclusive para os Grupos 1 e 2²³.

²³ Estes fatores podem apontar tanto para uma melhoria nas condições de trabalho, quanto para uma elevação na quantidade total de mão-de-obra empregada de forma permanente, para aqueles que estão alocados neste setor. Contudo, vale salientar que neste setor, ainda há uma grande quantidade de empregados temporários e informais que não entram nas estatísticas e que vivem em condições indignas de trabalho. Por exemplo, em 2003, pouco mais de 8.000 pessoas aparecem como empregadas neste setor; no entanto, segundo a CODEVASF (2001), mais de 50.000 empregos diretos foram gerados no Submédio após a implantação dos perímetros irrigados, indicando o ainda elevado número de informais no setor. Segundo a BLOCH (1996), já na segunda metade da década de 1990, apenas 6,6% dos trabalhadores agrícola do pólo possuíam registro em carteira.

Em consequência, foi observado um declínio relativo na participação dos demais setores na geração de emprego formal no pólo. De uma forma geral, Petrolina e Juazeiro apresentaram tendências semelhantes quanto à evolução desses índices. A participação da indústria caiu significativamente, enquanto a construção civil e o comércio se mantiveram relativamente estáveis. Já o setor de serviços, apesar de ter apresentado uma relativa redução na participação total, continuou sendo o que mais empregos formais gerou para os municípios em 2003. Com relação aos municípios do Grupo 2, observou-se uma forte redução na quantidade de empregos formais na indústria, por duas razões básicas: i) fluxo migratório de firmas destes municípios à Petrolina e Juazeiro; ii) elevação dos empregos formais gerados na agropecuária, fazendo com que os dados dos demais setores apresentassem uma redução relativa. Nestes municípios os serviços também se mantiveram como o setor que mais empregos formais criaram.

Tabela 3. Participação dos empregos formais nos grandes setores da economia (1985-2003).

Localid.	Ano	INDUST.	CONSTR. CIVIL	COMERCIO	SERVICOS	AGROPEC.	TOTAL
Petrolina	1985	27,8%	5,1%	20,0%	45,9%	1,1%	10.204
	2003	6,8%	3,7%	23,6%	38,9%	26,98%	30.305
Juazeiro	1985	33,5%	0,8%	19,2%	44,5%	2,0%	10.240
	2003	22,4%	3,2%	18,8%	33,9%	21,8%	21.956
Grupo 1	1985	8,0%	15,7%	19,4%	56,5%	0,3%	1.368
	2003	30,0%	2,4%	10,7%	65,9%	18,0%	7.478
Grupo 2	1985	31,2%	3,7%	6,0%	52,3%	6,8%	2.974
	2003	4,4%	0,1%	6,3%	47,2%	41,9%	10.339

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (1985 e 2003).

Esta evolução no número de empregos formais, principalmente no setor agropecuário, pode apontar para uma melhoria nas condições de trabalho na microrregião. Particularmente para o setor agrícola, a literatura sobre o semi-árido destaca a irrigação como sendo uma das poucas atividades capazes de gerar um salto qualitativo no seu mercado de trabalho, por propiciar uma maior estabilidade da atividade produtiva e, em consequência, do emprego e da renda. Como afirmam LIMA & MIRANDA (2000), no Pólo o crescimento da agricultura irrigada afetou o seu mercado de mão-de-obra, conduzindo a um aumento nos níveis de emprego e salário e a uma melhoria nas condições de trabalho, principalmente no meio rural.

Já para SAMPAIO & SAMPAIO (2004), o fator que melhor demonstra esta melhoria é o grau de estabilidade destes empregos. Segundo os autores, esta nova realidade se dá pois culturas permanentes, como a fruticultura, necessitam de uma maior quantidade de trabalhadores durante o ano todo quando comparadas às culturas anuais, aumentando assim a demanda por trabalho.

“Enquanto o tomate – uma das culturas anuais que mais demandaram mão-de-obra – requer uma média de 130 dias de trabalho/hectare/ano, a uva somente nas atividades pré-colheita, necessita de uma média de 270 dias de trabalho/hectare/ano. A manga, a banana, a goiaba e o

coco, necessitam respectivamente 200, 245, 330 e 110 dias de trabalho/hectare/ano” (LIMA & MIRANDA, 2000:38).

Assim, a conclusão fica patente: a implantação da irrigação no pólo vem aumentando a estabilidade e diminuindo a sazonalidade do emprego na agricultura. Contudo, a despeito destas melhorias, segundo BLOCH (1996), ainda nos anos 1990 havia na microrregião uma série de desrespeito às leis trabalhistas. Segundo o autor, em 1995 cerca de 20% dos jovens entre 10 a 17 anos cumpriam “*jornada de trabalho de até oito horas diárias, sem direitos às garantias trabalhistas em lei*” (pp.43). Além disso, 93,7% dos trabalhadores agrícolas recebiam menos de um salário mínimo e se viam constantemente voltados com problemas de: intoxicação por agrotóxico; humilhação por parte dos fiscais das empresas; utilização de transportes precários; entre outros.

No entanto, de modo geral, observamos que, apesar de ainda deficiente, o mercado de trabalho do Pólo vem sofrendo melhorias graduais, principalmente no seu meio rural. Além do emprego rural, estas transformações no meio rural vêm provocando também impactos positivos sobre as áreas urbanas. O *boom* industrial e o desenvolvimento do setor de serviços ajudam a explicar, em grande parte, esta intensa transformação. Deste modo, vem ocorrendo uma forte expansão da renda nos mais diversos setores econômicos do Pólo, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4. PIB total e por setor e sua evolução em 1970 e 2002 (em mil R\$ de 2000).

Localid.	Valor adicionado da agropecuária		Valor adicionado da indústria		Valor adicionado dos serviços		PIB a preço de mercado corrente ³
	1970	2002	1970	2002	1970	2002	2002
Petrolina	7.209	385.683	18.030	201.231	51.100	594.048	1.197.185
%	0,09	0,32	0,24	0,17	0,67	0,50	1.568
Juazeiro	7.862	277.953	18.634	171.887	53.726	392.451	849.072
%	0,10	0,33	0,23	0,20	0,67	0,46	1.058
Grupo 1¹	30.502	187.566	9.227	28.117	21.641	190.785	424.250
%	0,50	0,44	0,15	0,07	0,35	0,45	691
Grupo 2²	28.732	212.269	3.819	28.071	15.515	187.385	427.259
%	0,60	0,50	0,08	0,07	0,32	0,44	889
PE	0,14	0,09	0,22	0,28	0,64	0,56	404
BA	0,23	0,12	0,20	0,39	0,57	0,42	526
NE	0,22	0,10	0,18	0,35	0,59	0,49	501
BRA	0,13	0,09	0,31	0,38	0,57	0,48	433

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios.

¹Exclui-se Dormentes do Grupo 1, pois este foi desmembrado de Petrolina em 1991 podendo viesar os dados.

²Exclui-se Lagoa Grande e Sobradinho do Grupo 2, pois estes foram desmembrados, respectivamente, de Petrolina em 1997 e de Juazeiro em 1989, podendo assim viesar os dados.

³Incluindo impostos e excluindo *dummy* financeiro.

Assim como na Tabela anterior, é digno de destaque a elevação da participação percentual do setor agropecuário nos Produtos Internos Brutos (PIBs) municipais de Petrolina e Juazeiro entre os anos de 1970 e 2002. Este fator, diferentemente do que ocorre em todas as demais localidades

analisadas, pode representar a reestruturação que houve na estrutura produtiva destes municípios. Já o setor industrial apresenta uma leve queda na participação em todas as regiões analisadas do Semi-árido (Petrolina, Juazeiro, Grupo 1 e Grupo 2), seguindo o caminho inverso aos Estados de Pernambuco, Bahia, à região Nordeste e ao Brasil. Já o setor de serviços, apesar da queda na participação relativa do PIB, continua como o principal setor da economia dos municípios de Petrolina e Juazeiro, bem como nas demais localidades em análise. Apenas nos Grupo 1 e 2 o setor de serviços ampliou sua participação com relação ao PIB.

Vale salientar ainda que Petrolina apresenta um crescimento mais rápido do PIB quando comparada às demais regiões. Com relação a Juazeiro, Petrolina apresentava os valores absolutos nos três setores abaixo dos apresentados por Juazeiro no ano de 1970, ultrapassando-o significativamente em todos os setores no ano de 2002. Ou seja, Petrolina apresenta uma expansão econômica maior que Juazeiro, tendo-se como base o ano de 1970. Este melhor desempenho ocorre, segundo GRAZIANO DA SILVA (1989), porque Petrolina, diferentemente do que ocorreu em Juazeiro nos anos 1960/70, recebeu uma série de investimentos em infra-estrutura (estradas, energia elétrica, etc.), concentrando também, posteriormente, os principais investimentos federais do pólo (instalação da EMBRAPA/CPATSA, CODEVASF e aeroporto). Desta forma, Petrolina possuía um maior grau relativo de desenvolvimento capitalista, estimulando, assim, a atração de um maior número de estabelecimentos.

Além disso, ainda segundo GRAZIANO DA SILVA (1989), deve-se também destacar que em Petrolina: i) os incentivos tiveram um maior apoio do governo estadual, devido à forte influência da família Coelho nas instâncias federal e estadual²⁴ e; ii) houve uma melhor articulação junto aos mercados agroindustriais e de consumo final do Centro-Sul do país, fazendo com que seus produtos tivessem maior rentabilidade e estabilidade no fluxo de escoamento extra-regional quando comparados a Juazeiro, resultando, portanto, em impactos positivos mais contundentes no município pernambucano. Enquanto isso, em Juazeiro a prefeitura vinha procurando incentivar a entrada de grupos extra-regionais para a produção e comercialização de bens agrícolas irrigados; no entanto, este esforço foi acompanhado por um tímido apoio governamental nas instâncias estadual e federal.

Portanto, de uma forma geral, observa-se em todo o período analisado, que o desempenho econômico dos municípios do pólo, destacando-se Juazeiro e Petrolina, foi bem superior ao das demais regiões. No entanto, em consequência deste processo, os centros urbanos destes dois

²⁴ Considerada a principal força política do Pólo, “os Coelhos” costumavam utilizar seu prestígio político para atrair recursos federais para investimentos não só ao Pólo, mas, principalmente, à Petrolina, município de origem do clã. Por exemplo, durante a gestão do então governador Nilo Coelho (entre 1966 e 1971), este utilizou de sua influência para pavimentar a ligação entre Petrolina e Recife, abrindo o primeiro escoadouro dos produtos extraídos do Vale do São Francisco, desligando a região da influência econômica da Bahia. Além disso, ele incentivou a construção dos projetos pioneiros de irrigação no Pólo, inclusive o que hoje leva o seu nome (Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho) (COELHO & MELLET, 1995).

municípios já apresentam alguns problemas, antes encontrados exclusivamente em metrópoles, como iremos analisar mais profundamente no próximo item.

2.3. Evolução e Situação Social no Pólo

Procurando analisar as reais condições atuais na qualidade de vida da população residente no pólo, optou-se por analisar uma série de indicadores sociais, visto que o IDH se apresenta como um índice bastante limitado para a análise aqui proposta, por levar em consideração poucas variáveis. A análise será subdividida em quatro itens básicos: i) indicadores sobre a renda da população; ii) nível de educação da população; iii) qualidade da saúde e oferta disponível destes serviços à população; e iv) infra-estrutura habitacional oferecida à população.

2.3.1. Renda

A Tabela 5 aponta alguns dados relacionados à renda da população²⁵. No que se refere aos dados relacionados à desigualdade (Índice L de Theil e Índice de Gini), observa-se que Petrolina e Juazeiro se destacam negativamente com relação ao seu entorno para o ano de 2000. Já os Grupos 1 e 2 apresentam semelhantes graus de concentração. Estas realidades se devem ao fato de que: i) a renda agregada cresceu bastante no pólo, no entanto, de forma bastante concentrada, principalmente nas mãos dos grandes empresários agrícolas e de alguns pequenos produtores que conseguiram se inserir de forma competitiva no mercado; ii) há um elevado índice de pobreza no entorno dos dois principais municípios do Pólo, fazendo com que grande parte dos que lá vivem possuam baixos níveis de renda, não havendo, deste modo, grande diferenciação relativa de rendimento eles.

No que se refere ao percentual de renda proveniente de trabalho, Petrolina e Juazeiro se destacam por apresentar um maior índice quando comparadas às demais localidades no Nordeste (Grupo 1, Grupo 2, Pernambuco e Bahia). Já o Grupo 1 de municípios se destaca com relação ao Grupo 2; no entanto, ambos apresentam dados bem abaixo da média das demais localidades analisadas. Baseado neste dado, pode-se deduzir que a introdução dos perímetros no Pólo fez com que uma maior parcela de indivíduos tenha maior parte de sua renda baseada no trabalho, tornando-se, assim, menos necessária a intervenção governamental através de políticas assistencialistas. No entanto, como descrito anteriormente, deve-se atentar ao fato de que esta renda está sendo distribuída de forma bastante concentrada.

²⁵ Especificando melhor as variáveis de análise, temos: i) Índice L de Theil, que mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, excluindo-se do universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula; ii) Índice de Gini, que também mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, no entanto, incluindo-se no universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula; iii) Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho; iv) Renda per-capita; v) Percentual de Indigentes, ou seja, percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75 (em R\$ de 2000); e vi) Percentual de Pobres, ou seja, percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50 (em R\$ de 2000).

Tabela 5. Indicadores sobre a distribuição e origem da renda e pobreza nas localidades selecionadas (1970-2000).

Município	Índice L de Theil ¹		Índice de Gini (2000)	Percentual de rendimentos do trabalho (2000)	Renda per-capita (2000) ³	Percentual de Indigentes (2000)	Percentual de Pobres (2000)
	1970	2000					
Petrolina (PE)	0,46	0,72	0,64	66,1	201,2	20,8	44,52
Juazeiro (BA)	0,33	0,68	0,63	69,3	175,2	22,5	49,08
Grupo 1	0,33	0,55	0,62	52,9	76,9	48,2	72,69
Grupo 2	0,30	0,56	0,60	50,7	101,1	35,7	63,72
Pernambuco	0,63	0,80	0,67	62,1	183,8	27,7	51,31
Bahia	0,58	0,78	0,67	63,7	160,2	31,1	55,32
Nordeste¹	0,57	0,79	0,60	-	250,0	31,05	59,39
Brasil	0,68	0,76	0,65	69,8	535,8	16,3	32,8

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) e Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

¹ Não encontra-se disponível o dado para 2000 para percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho. Para as demais variáveis, obteve-se a média dos anos de 1999 e 2001, também devida falta de dados para 2000.

Com relação à renda *per-capita* e índices de pobreza e indigência da população no ano de 2000, observa-se novamente que Petrolina e Juazeiro se sobressaem positivamente com relação às demais localidades nordestinas, enquanto que o Grupo 2 se destaca quando comparado ao Grupo 1; no entanto, com ambos apresentando dados inferiores às demais localidades (Pernambuco, Bahia, Nordeste e Brasil). De uma forma geral, pode-se apontar que os dados de Petrolina e Juazeiro se destacam em relação ao seu entorno, enquanto os municípios do Grupo 2 se destacam em relação aos do Grupo 1.

2.3.2. Educação

A Tabela 6 apresenta alguns indicadores relativos à educação. Em todos os itens analisados se observa que Juazeiro e, principalmente, Petrolina se destacam em 2000 na microrregião estudada, ou seja, apresentam melhores condições educacionais em relação aos municípios do Grupo 1 e Grupo 2, ao mesmo tempo em que o segundo grupo de municípios se destaca com relação ao primeiro. Além disso, observa-se que, de uma forma geral - excetuando a porcentagem de crianças na escola para o ano 2000 -, Petrolina e Juazeiro apresentam melhores indicadores educacionais quando comparados aos Estados de Pernambuco e Bahia e à região Nordeste, tanto no ano de 1970 quanto em 2000; no entanto, os dois municípios se mostram ainda defasados quando comparados aos dados do Brasil, em ambos os períodos.

Estes bons indicadores relativos para os municípios de Petrolina e Juazeiro se devem ao fato de que nestes dois municípios passaram a funcionar, ou foram dinamizados, a partir da década de 1980, vários serviços destinados ao ensino fundamental e médio, bem como à formação de mão-de-obra técnica e especializada, através de escolas técnicas e de terceiro grau, adequando-se, em parte, à demanda por mão-de-obra qualificada requerida pelo processo de desenvolvimento da microrregião. Já os municípios do Grupo 2 deve se destacar dos municípios do Grupo 1, pelo fato de

estarem localizados mais próximos de Petrolina e Juazeiro, podendo, mais facilmente, usufruir dos serviços de educação oferecidos por estes. No entanto, ainda assim se observa que os municípios do Grupo 2 apresentam índices de educação bem abaixo da média de seus Estados de origem, região e país.

Tabela 6. Indicadores sobre a educação nas localidades selecionadas (1970 a 2000).

Localidade	Anos de estudo para maiores de 25 anos		% crianças na escola		% de pessoas de 15 ou + anos de idade analfabetas		IDH-M Educação	
	1970	2000	1970	2000	1970	2000	1970	2000
Petrolina (PE)	1,5	5,5	59,2	92,1	39,7	17,7	0,435	0,828
Juazeiro (BA)	1,9	5,1	65,8	92,2	38,4	20,5	0,452	0,802
Grupo 1²	0,7	2,7	30,5	88,6	59,2	35,3	0,287	0,684
Grupo 2²	0,8	3,2	42,7	91,2	53,9	30,8	0,325	0,730
Pernambuco	1,7	4,5	59,1	92,1	49,7	24,5	0,372	0,768
Bahia	1,3	5,1	49,4	93,1	50,6	23,1	0,359	0,785
Nordeste¹	1,3	4,4	50,5	94,7	-	26,2	0,336	-
Brasil¹	2,4	5,9	67,4	94,5	33	13,6	0,501	0,849

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) e Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

¹ Não se tem dado para o ano de 2000 para o Nordeste e Brasil no item “anos de estudo para maiores de 25 anos”. Logo optou-se por obter a média utilizando dados para os anos de 1999 e 2001.

Observa-se também que Petrolina apresentou um melhor desempenho relativo quando comparado ao município de Juazeiro entre os anos de 1970 e 2000, chegando a ultrapassá-lo em todos os indicadores durante o período de análise. Uma das explicações para este feito é que grande parte das instituições de ensino (básico, médio e superior) instaladas no Pólo, principalmente a partir da década de 1980, rumou para aquele município. Adicionalmente, identifica-se a existência de um Conselho Municipal de Educação em Petrolina, diferentemente do que ocorre em Juazeiro (ver Quadro 1). No entanto, vale salientar que, apesar da melhoria nos indicadores educacionais no Pólo, em termos qualitativos a política educacional e o modelo do ensino fundamental permanecem deficientes e inadequados.

2.3.3. Saúde

A Tabela 7 apresenta alguns indicadores relativos à qualidade e oferta de serviços de saúde. Nela vemos que, de uma forma geral, Petrolina e Juazeiro se destacam positivamente com relação aos Grupos de municípios 1 e 2. Observa-se ainda que Petrolina apresenta uma maior melhoria das variáveis analisadas entre os anos de 1970 e 2000. Já Juazeiro não apresenta a mesma evolução, mas se destaca principalmente nas duas últimas variáveis analisadas, demonstrando uma maior oferta de leitos por mil habitantes, além de melhor qualificação dos serviços de saúde – se considerarmos a qualificação dos enfermeiros como *proxy* para qualidade dos serviços públicos.

No entanto, não obstante estes dados, observa-se que Petrolina apresenta taxas de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer maiores que Juazeiro. Isto ocorre, provavelmente, por duas

razões: i) a proximidade dos dois municípios faz com que a população de Petrolina facilmente utilize os serviços de saúde disponíveis em Juazeiro; ii) a melhor condição habitacional existente em Petrolina (analisados na Tabela 8, a seguir) acaba prevenindo uma série de doenças, que podem levar à mortalidade infantil e redução da expectativa de vida, fazendo com que a população deste município necessite em menor escala dos serviços básicos de saúde.

Tabela 7. Indicadores sobre a saúde e a qualidade destes serviços nas localidades selecionadas (1970-2000).

Localidades ¹	Taxa mortalidade infantil por 1000 nascidos vivos		Esperança de vida ao nascer		Número de médicos por mil habitantes (2000)	Número de leitos por mil hab. (2000)	% de enferm. c/ curso superior
	1970	2000	1970	2000			
Petrolina (PE)	147,01	35,89	53,52	70,36	0,48	1,52	18,16
Juazeiro (BA)	120,64	54,50	52,56	61,71	0,23	5,38	31,62
Grupo 1²	125,81	50,33	54,07	63,90	0,11	1,82	1,47
Grupo 2²	135,33	50,72	54,70	63,90	0,03	0,61	2,14
Pernambuco	203,40	47,31	47,48	67,32	0,87	-	-
Bahia	148,46	46,49	49,10	64,53	0,64	-	-
Brasil	123,19	30,57	51,43	68,61	-	-	-

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA), Atlas do Desenvolvimento Humano (2000) e SIMBRASIL.

¹ Por não encontrar-se disponível o dado para o ano de 2000, optou-se por excluir o Nordeste desta Tabela.

² Ponderada pela quantidade populacional de cada município no item esperança de vida ao nascer e no item percentual de enfermeiros com curso superior por não ter disponível a quantidade total de enfermeiros nos municípios de análise.

Analisando agora os Grupos 1 e 2, observa-se, de uma forma geral, uma pequena vantagem para o primeiro grupo no ano 2000, principalmente nos terceiro e quarto itens. No entanto, este fato é facilmente justificável, já que o Grupo 2 de municípios se localiza mais próximo de Juazeiro e Petrolina, que concentram uma ampla infra-estrutura de saúde. Logo, a população destes municípios acaba demandando os serviços de saúde oferecidos pelos municípios pólos, sempre que necessário. No entanto, vale salientar que ambas as localidades (Grupo 1 e 2) apresentam todos os seus índices abaixo da média dos seus respectivos estados e do país no ano 2000. De uma forma geral, deve-se atentar que, apesar da melhoria na oferta dos serviços de saúde em Petrolina e Juazeiro, estes ainda apresentam precárias condições de funcionamento, notadamente, no setor público.

2.3.4. Habitação

A Tabela 8 apresenta alguns indicadores percentuais relativos à habitação. Nesta Tabela pode ser apontada uma série de resultados já observáveis anteriormente. Primeiramente, Petrolina se destaca com relação à Juazeiro para o ano de 2000, e ambos se destacam no cenário microrregional e regional. No entanto, apenas Petrolina se sobressai com relação aos dados nacionais. Em segundo lugar, observa-se que apesar de apresentarem dados relativamente semelhantes no ano base e da forte melhoria nos indicadores dos dois municípios, Petrolina apresenta uma maior evolução entre

os anos de 1970 e 2000 em seus dados quando comparados à Juazeiro. Por fim, observa-se que os dados dos municípios do Grupo 2 no ano de 2000 se apresentam em melhores condições quando comparados ao Grupo 1, apesar de ambos apresentarem dados abaixo das porcentagem médias de seus Estados de origem, da Região Nordeste e do Brasil.

Tabela 8. Indicadores sobre a qualidade da habitação nas localidades selecionadas (1970-2000).

Localidade	% Domicílios com água canalizada		% Domicílios com iluminação elétrica		% Domicílios com instalações sanitárias		% de domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo (2000)
	1970	2000	1970	2000	1970	2000	
Petrolina (PE)	38	86	31	95	0	62	92,6
Juazeiro (BA)	37	80	33	91	0	42	78,4
Grupo 1¹	4	47	5	63	1	21	66,0
Grupo 2¹	3	63	9	68	0	22	83,3
Pernambuco	20	70	38	95	5	34	84,7
Bahia	13	69	23	81	3	34	85,2
Nordeste²	12	66	23	87	2	25	-
Brasil	33	77	48	93	13	46	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

¹ Média ponderada pela quantidade total de domicílios em cada município.

A melhoria observada nos indicadores do Pólo, segundo a SUDENE (1995), ocorre através do PLANASA (Plano Nacional de Saneamento), que ampliou o percentual da população urbana com abastecimento de água no período de 1970 a 1995. Com relação ao suprimento de energia, a elevação no percentual de residências que dispõem deste serviço se deve, em grande parte, ao fato do Pólo ser vizinho à barragem de Sobradinho – aproximadamente 40 km –, que não só gera energia para o Nordeste como facilita a irrigação para a região, ao regularizar a vazão da água para este fim.

Já comparando os dois principais municípios, observa-se que a existência de um conselho administrativo municipal na área de habitação em Petrolina pode ter contribuído para os melhores resultados observados neste município quando comparados à Juazeiro, que não possui um conselho neste item (ver quadro 1). No entanto, segundo a SUDENE (1995), apesar destes bons desempenhos relativos no âmbito da habitação, já a partir da década de 1990, o forte crescimento populacional nestes dois municípios, bem como o seu acelerado processo de urbanização, vêm produzindo patamares de expansão da demanda por estes serviços de forma crescente, fazendo com que os esforços em prover as cidades de serviços habitacionais estejam cada vez mais difíceis de serem alcançados. Deste modo, de uma forma geral, apesar da melhoria observada nas condições habitacionais das localidades analisadas, estas ainda se apresentam em péssimas condições.

CONCLUSÕES

Procuramos captar em nosso trabalho a forma como ocorreu a atuação pública no Submédio do Vale do São Francisco e suas conseqüências para a realidade econômica e social da microrregião.

A estratégia de desenvolvimento implementada no Pólo Petrolina-Juazeiro exemplifica um caso típico de economia que deve seu dinamismo essencialmente a fatores externos à região. Baseado no potencial da microrregião para a atividade de irrigação, a atuação do governo federal seguiu uma lógica bastante coerente com os objetivos traçados, imprimindo condições para que o Pólo passasse a crescer baseado em fatores endógenos. Como conseqüência, foram observados fortes impactos sobre a renda e o emprego à montante e à jusante do subsetor da irrigação, fazendo com que a microrregião alcançasse um forte dinamismo econômico, passando, a partir de meados da década de 1990, a se destacar no contexto nacional como o maior pólo produtor de frutas tropicais do Brasil.

Apesar da redução da pobreza ter sido apontada como um dos propósitos das políticas públicas implantadas na microrregião, observou-se ter havido uma maior preocupação com a elevação da produção agrícola e da renda agregada da microrregião. Mesmo assim, foi observada uma melhoria na qualidade de vida da população local, justificada por duas razões básicas: i) a microrregião era extremamente pobre; logo, a melhoria da infra-estrutura e o incremento de renda no local acabaram atraindo mais investimentos na área de educação, saúde, habitação, etc.; e ii) por ter sido feito um relativo esforço visando inserir os pequenos produtores na vanguarda tecnológica agrícola, possibilitando-os obter renda durante todo o ano, diferentemente do que ocorria no período pré-perímetros, quando parte considerável destes colonos produzia apenas para subsistência.

No entanto, os investimentos públicos na microrregião foram fortemente concentrados em Petrolina e Juazeiro, gerando uma grande desigualdade com os demais municípios do Submédio quanto à qualidade de vida da população e à geração de renda agregada. Como conseqüência, constatou-se uma forte migração populacional dos demais municípios do semi-árido em direção aos principais centros urbanos do Pólo (Petrolina e Juazeiro), fazendo com que os benefícios econômicos e sociais observados nestes se dissipassem. Vale destacar, inclusive, que Petrolina vem superando Juazeiro não só quanto aos indicadores sócio-econômicos, mas também quanto ao grau de participação de sua população junto às instâncias públicas. Entretanto, apesar do esforço implementado por parte de vários órgãos federais, estaduais, municipais e até privados, boa parte dos pequenos produtores, mesmo em Petrolina, ainda não está preparada para agir de forma associativa.

Enfim, podemos concluir que, se por um lado já se constata a viabilidade da produção agrícola irrigada no Pólo, por outro lado as questões sociais ainda carecem de uma maior atenção. Neste

contexto, acreditamos que, se o governo pretende, com a política de irrigação, melhorar as condições de vida da população, é necessário dar uma maior atenção às demandas sociais das populações atingidas direta e/ou indiretamente pelas políticas públicas. No caso do Pólo, se isso for feito, acredita-se que, não só a microrregião vai continuar expandindo sua participação no mercado mundial de frutas tropicais, como também haverá uma significativa melhoria na qualidade de vida da população do Submédio do Vale do São Francisco, porém de uma forma mais abrangente e equânime, justa e eficaz, contínua e sustentável.

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, H. Território e poder: a política das escalas. In: FISHER, T. (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Ed. Casa da Qualidade. Salvador, BA, 2002.
- BLOCH, Didier. **As frutas amargas do velho Chico: irrigação e desenvolvimento do Vale do São Francisco**. São Paulo: Livros da Terra/OXFAM. 1996.
- BRAZILIAN FRUIT. Disponível em <<http://www.brazilianfruit.org>>. Acesso em: janeiro de 2006.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O segundo consenso de Washington. **Revista de Economia Política – REP**. v.23, n.3, p.3-34. jul-set, 2003.
- BRITO, M. C. de S. **Petrolina: origem, fatos, vida, uma história**. (s/d).
- CODEVASF. **Almanaque: Vale do São Francisco 2001**. 1 ed., 2001.
- CODEVASF. Disponível em <<http://www.codevasf.gov.br>>. Acesso em: junho de 2005.
- COELHO, E. M. & MELLET, L. E. O estadista do sertão. **Revista do Centenário de Petrolina**, p.26-27, 1995.
- DOCUMENTO DO GTDN. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, Out./Dez, 1997.
- DE JANVRY, A. de & SADOULET, E. Fitting the facts and capitalizing on new opportunities to redesign rural development programs in Latin America. **Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER**. Cuiabá, MT, jul., 2004.
- FISHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução à uma agenda. In: FISHER, T. (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Ed. Casa da Qualidade. Salvador, BA, 2002.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP. UNICAMP. IE, 1996.
- _____. (coord.). **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp/PRONI. 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, J. & TAKAGI, M. **Desenvolvimento territorial e controle social**. Seminário sobre Desarrollo Regional, Santiago, Chile, 2004.
- LIMA, J. P. L. & MIRANDA, E. A. **Fruticultura irrigada: os casos das regiões de Petrolina-Juazeiro e norte de Minas Gerais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2000.
- MALAVASI A. & QUEIROZ, M. A. de. 2003. **Instituto Nacional de Desenvolvimento do Semi-Árido: Subsídios para Criação e Implantação**. Documento Preliminar para Discussão.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), abr./2003. Disponível em <<http://www.cgEE.org.br/arquivos/indsa.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2006.

MENDONÇA, N. & ORTEGA, A.C. Estratégias de desenvolvimento territorial rural: Governo FHC x Governo Lula. **Anais do X Encontro Nacional de Economia Política - SEP**. Campinas, SP. 2005.

MELO, J. S.O.S. São Francisco: Irrigação concentra riqueza. **Jornal do Comércio**, set./2000. Disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/_2000/0209/ec0209l.htm>. Acesso em jan. 2006.

MOYANO, E. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo. **Revista Economía Ensaio** - Vol. 13, nº 2 e vol. 14, nº 1, p.3-39. Universidade Federal de Uberlândia, 1999.

NOBLAT, R. A Seca: 1877-1977. **Diário de Pernambuco**, jul./1977. Disponível em <http://noblat.ultimosegundo.ig.com.br/noblat/upload/-90817d1_104c5159144_-7ff3.doc>. Acesso em: nov. de 2005.

OLIVEIRA, A. C.; SOUZA, H. R.; VERGOLINO, J. R.; GALVÃO, O. A.; ALMEIDA, J. & MELO, A. **Impactos Econômicos da Irrigação Sobre o Pólo Petrolina/Juazeiro**. Ed. Universitária, PIMES-UFPE, 1991.

ORTEGA, A.C. Desenvolvimento Territorial e Descentralização da Gestão Pública no Brasil: Limites e Potencialidade dos Consads. **Anales del X Congreso Internacional del CLAD**. Santiago: Chile, v. 1. p.1-20. 2005.

ORTEGA, A. C. & CARDOSO, A. Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local: o PRONAF à luz do LEADER. **Revista de Economia e Sociologia Rural – SOBER**. v.40, n.2, Abr./Jun., 2002.

ORTEGA, A. C. & SÓ, L. da S. Impacto das políticas do MDA: um estudo de caso do PRONAF nos municípios de Orizónia e Davinópolis em Goiás (BRASIL). **Anais do Seminário Internacional Tendencias y desafios del gasto público**. Santiago/Chile: FAO, v. 1. p. 1-27. 2005.

PAULILLO, L. F. **Rede de poder & territórios produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX**. São Carlos: Rima: Editora da UFSCar, 2000.

SAMPAIO E. V. S. B. & SAMPAIO Y. (org.). **Ensaio sobre a economia da fruticultura irrigada**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

SCHEJTMAN, A. & BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. RIMISP, Santiago/Chile, febrero, 2003, 54 p.

SUDENE. **SUDENE: uma parceria de sucesso no Vale do São Francisco**. Recife: SUDENE, 1995.

TONETO JR., R. **Proposta para avaliação dos pólos de desenvolvimento integrado**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

VALEEXPORT. **Há 17 anos unindo forças para o desenvolvimento do Vale do São Francisco e da fruticultura brasileira. 2005.** Disponível em <<http://www.valexport.com.br/download.htm>>. Acesso em: janeiro de 2006.

VALEEXPORT. Disponível em <<http://www.valexport.com.br>>. Acesso em: janeiro de 2006.